



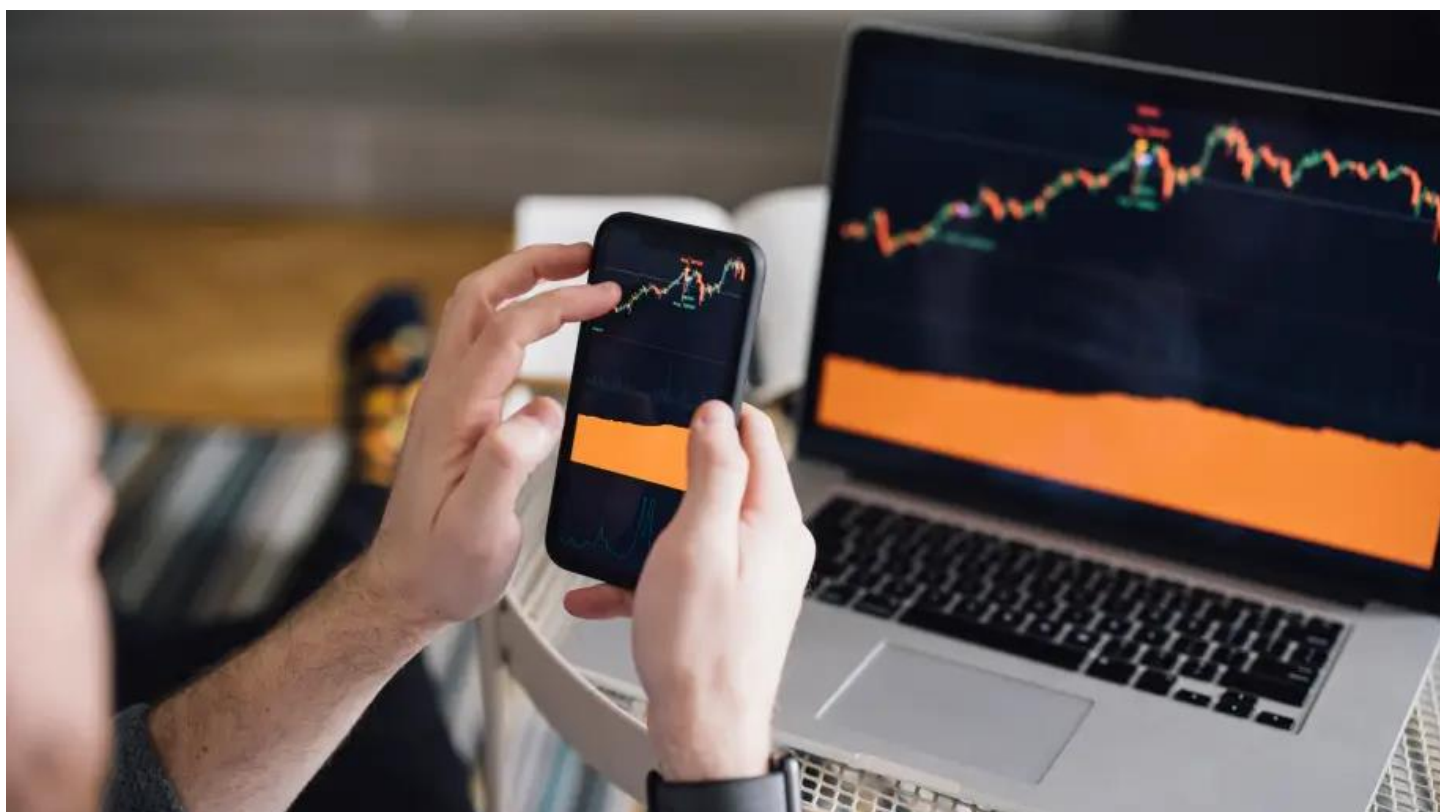
Na Mídia

06/07/2022 | [InfoMoney](#)

Plataforma prepara primeiro mercado para tokens de crowdfunding no Brasil; saiba como funciona

Lançamento da SMU Investimentos cria um mercado secundário para contratos de crowdfunding negociados em blockchain

Rodrigo Tolotti



Mesmo não sendo um mercado tão novo, a ideia de cripto, para muitas pessoas, ainda se resume apenas às moedas digitais. Mas não é de hoje que existem muitos outros projetos que envolvem os chamados criptoativos, um mercado mais amplo que vai muito além das moedas, onde se encaixam, por exemplo, os tokens não fungíveis (NFTs), protocolos de finanças descentralizadas (DeFi), entre outros.

E o Brasil tem sido um importante mercado para a expansão de atividades envolvendo ativos digitais, conforme avança a regulação do setor cripto no Congresso e a Comissão de Valores Mobiliários (CVM) estuda se permite o surgimento de projetos neste segmento.

No mais recente movimento da autarquia, em 2021 foi aprovado um sandbox regulatório (ambiente de experimentação de produtos e serviços no mercado real sem necessidade de serem seguidos todos os ritos e procedimentos) em que foram aprovados projetos que usam tecnologia blockchain.

Entre esses projetos está o da SMU Investimentos, que visa criar um mercado secundário para negociação de ativos tokenizados de ofertas de *crowdfunding*. A empresa pretende garantir que um investidor que adquire uma cota de startup em forma de criptoativo tenha onde vendê-lo mais facilmente.

“A gente viu que o brasileiro gosta de correr risco, gosta de investir em startup, mas não gosta de iliquidez – ele gosta de liquidez”, afirma Pedro Rodrigues, CTO (Diretor de Tecnologia) e cofundador da SMU, em entrevista ao InfoMoney.

Segundo ele, foi na intenção de criar um mercado secundário para os investidores que buscam essa liquidez que surgiu a ideia de utilizar a blockchain, que passa a fazer o papel do escriturador que existe no mercado tradicional.

“É até legal fazer uma analogia com o mercado tradicional, porque muitas pessoas sabem como ele funciona, mas quando chega no mundo de blockchain elas não entendem muito bem”, diz o executivo.

Quando o investidor compra um ativo na Bolsa de Valores, por exemplo, existe todo um mecanismo por trás que garante a segurança e onde esses ativos vão ficar depositados. Normalmente esse papel é feito por uma instituição terceira, que cobra taxas altas para realizar o serviço, o que impacta o custo do investidor.

Rodrigues explica que, desde 2018, a SMU já havia identificado a necessidade de um mercado secundário para ativos de *crowdfunding* no Brasil, mas que nas conversas com a CVM não havia muito espaço para avançar com o projeto. Foi apenas com o sandbox que surgiu a oportunidade.

“Nós pensamos em montar o projeto, mas batemos na questão do escriturador. Pensamos: ‘a gente vai para um mecanismo mais tradicional, tendo aquele intermediador mesmo ali ou não?’ E a gente decidiu que não porque está no nosso DNA sermos precursores nas coisas, vamos tentar fazer algo diferente”, conta ele sobre a ideia de usar a blockchain para resolver o problema.

Mercado secundário de ativos tokenizados

O projeto da SMU consiste basicamente em ser um mercado secundário para ativos que foram emitidos em uma oferta primária de *crowdfunding*. Em vez de usar a blockchain Ethereum (ETH), uma das mais tradicionais do mercado cripto, a empresa decidiu utilizar a Stellar (XLM), que oferece mecanismos que favorecem determinados aspectos desse projeto, em especial a questão da segurança.

“Primeiro fazemos a emissão dos contratos no primário, como se fosse um mercado convencional. Uma vez que a gente definiu que a empresa vai para o projeto secundário, a gente tokeniza esses contratos, emitindo tokens desse ativo específico”, explica Rodrigues.

Emitidos os tokens dos contratos, a negociação passa a ser como em um mercado tradicional, onde os investidores podem comprar e vender com rapidez, com uma exchange fazendo o casamento das ordens e registrando na blockchain.

Porém, diferente do mercado cripto, que funciona 24 horas, inicialmente a SMU irá operar sua plataforma seguindo o mesmo horário da bolsa brasileira, a B3, apenas em dias úteis. “Isso vem para trazer uma segurança para o mercado, porque no final do dia precisa ter as conciliações”, diz o CTO da empresa.

Além disso, apesar do sandbox dispensar a companhia de certas obrigações, ela ainda tem regras a serem seguidas. “A gente tem a obrigação de ver se não tem lavagem de dinheiro, por exemplo, por isso a gente precisa desse tempo para fazer as conciliações no final de mercado, então não conseguimos rodar 24h inicialmente”, explica ele, ressaltando que isso pode mudar no futuro.

Para garantir o negócio em todas as pontas, a SMU conta com três empresas sócias: a Ntokens é responsável pela integração com a interface da rede Stellar; a Atris fará a interface do sistema de ordens da plataforma, utilizando a tecnologia de uma bolsa estrangeira que ainda não foi divulgada; e a Demarest é responsável pela parte jurídica.

No acordo com a CVM, a companhia teve a liberação para lançar até 10 empresas na plataforma, todas dentro da nova Resolução 88 da autarquia, que permite captações de até R\$ 15 milhões. O contrato tem duração de um ano, podendo se estender por mais um ano.

O início desse prazo começaria a valer agora em julho, mas a SMU pediu para a CVM adiar para setembro, quando a empresa deve lançar oficialmente a plataforma.

Proteção até contra ataque hacker

A decisão de usar a rede Stellar para a plataforma está relacionada principalmente às necessidades de segurança do projeto, com garantias sobre o envio e recebimento dos tokens e sobre eventuais falhas nos processos.

“Dentro da Stellar a gente tem a segurança de que, quando eu emito os tokens em uma conta emissora e eu configuro uma conta que vai receber esses tokens, eu consigo falar para o sistema que só aquela conta pode receber o token do ticker específico da conta que emitiu, ele não pode receber de outra conta. Não é igual uma blockchain normal, que você pode emitir 30 tokens com o mesmo código”, explica Rodrigues.

Com isso, a companhia garante quem é o emissor dos ativos, sendo que os investidores só poderão receber das contas emissoras e não de outro local.

Além disso, a Stellar possui um mecanismo chamado “clawback”, que ajuda a garantir que os ativos emitidos pela SMU só poderão ser negociados dentro da sua plataforma, sem ir para outra blockchain ou sistema.

Por esse mecanismo também é possível garantir que a conta emissora tenha controle sobre os tokens. “Se por algum motivo ocorre um ataque hacker, a gente consegue, via conta emissora, retirar esses tokens da conta do hacker e bloquear a conta dele, sem estresse”, afirma o executivo.

Investimento de risco

Assim como todo o mercado de criptoativos, o investimento em startups via *crowdfunding* também é considerado de alto risco. Rodrigues explica que se uma empresa tiver problemas e falir, por exemplo, o investidor terá perdido seu dinheiro, não há como garantir lucros.

“No mercado primário também é assim, mas qual o intuito do investimento colaborativo? É democratizar os investimentos em startups. Se você pegar até metade da última década, se você não entrasse em um fundo ou Venture Capital, você não conseguia entrar em uma startup, tinha que ter muita grana”, diz Rodrigues.

Segundo ele, o crowdfunding abre essa possibilidade para qualquer investidor que queira diversificar sua carteira sem precisar ter um grande capital. “O mercado secundário vem pra dar liquidez para esse mercado primário, é para você diversificar o portfólio”, afirma.

Ele explica que a dinâmica do risco é a mesma que se vê, por exemplo, entre empresas com ações na Bolsa, existem as boas e algumas que não dão certo. Por outro lado, a própria SMU faz um pente fino nas ofertas que vai fazer, mesmo não podendo garantir o sucesso de todas as empresas.

“O que a gente faz hoje na SMU é que a gente investe em todas as captações. A gente só coloca a captação no ar para aquelas que realmente acreditamos e investimos junto com os outros investidores, a gente coloca nosso dinheiro no risco”, conta ele reforçando que dentro da análise prévia feita, muitas empresas acabam tendo suas ofertas negadas.

“Faz parte, é um investimento de risco. Quando você compra um ativo de uma startup você está correndo risco”, conclui.